

07.12.2023

Diretor
Filipe Alves
Subdiretores
Lígia Simões
e Nuno Vinha
Diretor de Arte
Mário Malhão

Especial

Caderno publicado
como suplemento
do Jornal Económico
nº 2227. Não pode
ser vendido
separadamente.

ESG

O Caminho para Empresas mais Sustentáveis

Ganha a batalha mediática para consciencializar as sociedades para a importância do Ambiente e da igualdade social, os especialistas chamam agora a atenção para a Governance nas empresas. E as próprias empresas cada vez mais escolhem “perfis verdes” para as suas contratações. Um Especial com o Estado da Arte do ESG.



“Sem Governance nem chega a haver o ‘E’ e o ‘S’ na expressão ESG”

Governance ■ P.2-3

Luís Todo Bom.
“Temos notado melhoria no cumprimento das regras de governance”

Entrevista ■ P.3



Empregos verdes são cada vez mais procurados pelas empresas em Portugal

Transição ambiental ■ P.4

Quais os efeitos das regras sobre Greenwashing em discussão nas estruturas da UE?

Fórum ■ P.6-7

Editorial

A boa governação das instituições tem de ser uma prioridade



Filipe Alves
Diretor

Os temas relacionados com a sustentabilidade prometem tornar-se cada vez mais relevantes no contexto empresarial, tanto na vertente ambiental como a nível de responsabilidade social e de práticas de *governance*. Mas nem todas estas vertentes têm merecido igual atenção por parte dos agentes económicos e dos decisores políticos e regulatórios. Das três vertentes que compõem a sigla ESG, a que corresponde à *governance* das instituições (representada pela letra G na referida sigla) tem sido muitas vezes relegada para segundo plano, com o foco a estar voltado para as questões ambientais ('E') e sociais ('S').

Porém, a boa governação das empresas e outras instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, é de suprema importância para o futuro do nosso país. Até porque nas últimas duas décadas os contribuintes portugueses e a sociedade no seu todo têm estado a pagar uma pesada factura gerada por falhas de *governance* em grupos económicos, bancos e grandes empresas, devido a problemas como o excesso de informalidade, o nepotismo, as disputas sucessórias e as más práticas de gestão. Os colapsos do BPN e do BES, a destruição do grupo Portugal Telecom e os problemas a que recentemente assistimos na TAP deviam constituir motivo para que tenha lugar uma profunda reflexão nacional sobre este tema, para que o país possa virar a página nesta área.



“Sem Governance nem chega a haver o ‘E’ e o ‘S’ na expressão ESG”

Governance ■ As “pernas” Ambiente e Social do tripé ESG têm ganhado protagonismo mediático. Mas os especialistas em Governance são claros: sem uma boa *governance* nem existiriam.

Nuno Vinha
nvinha@medianove.com

É conhecido o velho adágio: se reunirmos dois economistas numa sala, saem de lá pelo menos três opiniões. O Jornal Económico perguntou a dois especialistas de Corporate Governance sobre se o “G” é o parente esquecido da sigla ESG. Saíram duas opiniões e o texto que se segue.

“Eu discordo”, começa por dizer João Moreira Rato, presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG). “Até acho que é o contrário, acho que o ‘G’ é a base da trilogia. Ou seja, é muito difícil existir uma preocupação com o E (Ambiente) e com o S (Social) sem que haja uma ‘infraestrutura’ fornecida pelo G”, completa.

Ou seja, o Governance – que de alguma forma melhora a robustez das decisões que se tomam na empresa – é prévio

à existência das outras duas preocupações. Informa, coordena e fiscaliza o cumprimento do “E” e do “S”.

Já Luís Todo Bom – professor universitário, gestor e membro do Conselho Geral do IPCG – concorda com a ideia de que o “G” é o parente esquecido do ESG. E explica: “esta afirmação não é minha, mas eu concordo. O “E” está nas primeiras páginas dos jornais todos os dias. Não há só uma preocupação, começa a haver uma grande consciência ambiental, o que é bom. O “S” também está saudável. O Governance, que é específico das empresas, é que não está tão presente. E qual é o problema de ser o parente pobre? É que uma boa *governance* traduz-se em resultados positivos e boa performance das organizações e das empresas”.



Eu penso que temos um déficit de *governance* em empresas do setor público, como temos um déficit government em muitas empresas privadas”

Uma opinião que, afinal, até bate certo com a de João Moreira Rato. “Uma empresa com uma má *Governance* não tem nenhuma hipótese de ter programas sociais e ambientais. Porque não gera meios, não gera resultados”, salienta o professor Todo Bom.

E para ter uma boa *Governance* é preciso, logo para começar, que se tenham “órgãos de administração suficientemente diversos, robustos, com as competências certas para se tomarem as decisões, incluindo alguns independentes. Os independentes têm muita importância. É importante existirem mecanismos e órgãos de fiscalização eficazes para se ter a certeza que a gestão está a tomar decisões alinhadas com o que os acionistas tencionam para a empresa”, aponta João Moreira Rato.

Os processos de gestão de risco; a publicação da informação financeira; a transparência; o controlo das transações com partes relacionadas e o controlo dos conflitos de interesse, com fiscalização por parte de independentes, são também questões de suprema importância para uma boa *governance*.

“Os bons modelos de *Governance* têm sempre associados códigos de ética e de sustentabilidade. Têm comissões de risco, as comissões de auditoria, avaliação de transações com partes relacionadas, que é o que está na base de 99%, digamos, dos casos de corrupção”, reforça Luís Todo Bom.

Uma boa *governance* resolve esses problemas e, diz Luís Todo Bom, se bem aplicado nas empresas públicas, teria evitado polémicas como o recente Caso Influencer. “Resolve problemas da ética, da sustentabilidade, do risco. E resolve o problema da performance, porque empresas que não ganham dinheiro, são um peso para a sociedade”.

Não são só as empresas públicas a mostrar problemas nesta área, contrapõe João Moreira Rato. “Eu penso que temos um déficit de *governance* em empresas do sector público, como temos um déficit government em muitas empresas privadas. Por isso é que o IPCG, neste momento, tem um grupo de trabalho que está a preparar um conjunto de guidelines para o setor empresarial do Estado e está a colaborar com a Business Roundtable Portugal no programa Metamorfose, em que foi desenhado um guia para o sistema de autoavaliação”.

Entrevista a Luís Todo Bom ■ O professor e gestor Luís Todo Bom mostra-se otimista quando ao cumprimento das regras por parte das empresas portuguesas. E distingue entre corrupção séria e os pequenos favores que se pedem e que resultam “da afetividade e cordialidade dos portugueses”. “Nalguns casos isto não é grave”.

“Temos notado melhoria no cumprimento das regras de governance”



A existência de regras não quer dizer que as pessoas as cumprem. A cultura da ‘cunha’ em Portugal pode sobrepor-se às regras porque há pouca gente que as fiscalize?

Depende das organizações. Organizações com boa governance, fazem isso. Vou dar um exemplo, eu fiz três mandatos na Galp e no último mandato eu era o presidente da comissão de risco e vice presidente da comissão de Auditoria. E nós acompanhávamos atentamente cumprimento das regras de compliance, de performance, de ética, etc. Portanto, a empresas bem organizadas, sobretudo empresas cotadas, fazem isso. Aliás, nós não temos só más notícias no país. Uma boa notícia que nós temos é que nós, do Instituto Português de Corporate Governance, fazemos a avaliação do cumprimento das regras do código de Corporate Governance para as empresas. E nós temos vindo a notar uma melhoria do cumprimento das regras dos códigos. E os códigos tratam disso completamente. Mas isso já está generalizado? Não está ainda, infelizmente. Mas eu sou otimista nesse aspeto. Acho que há um movimento nesse sentido.

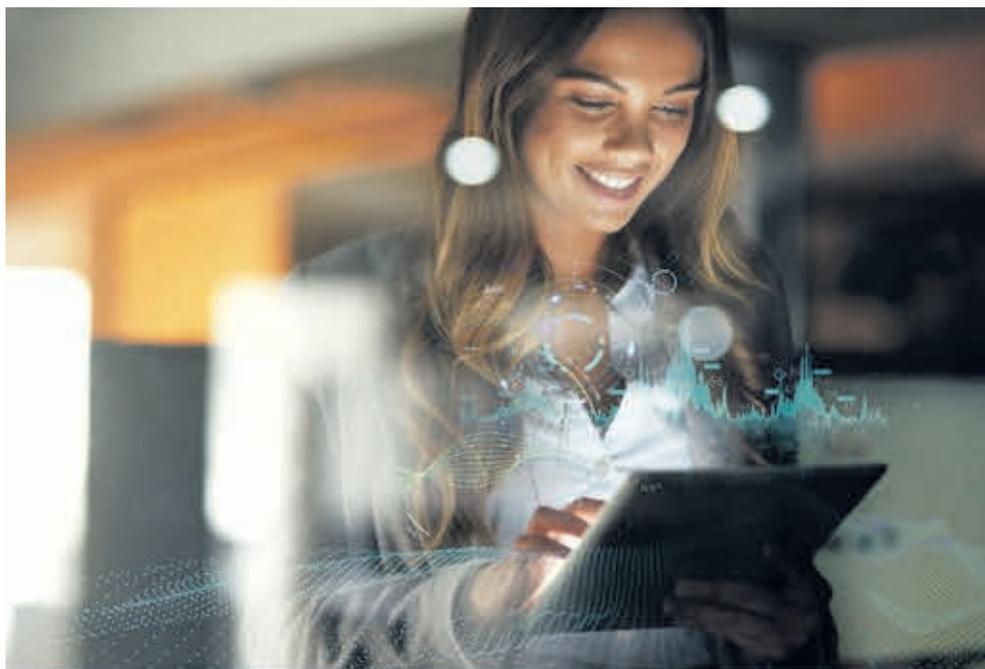
Como é que nós podemos perspetivar o que vão ser

os próximos anos nesta área do Governance e no ESG em geral?

No ESG e na ética eu espero que melhore. Todos os indicadores são nesse sentido. O problema da cunha e dos amigos também tem a ver com a nossa cultura. Nós somos um povo afetivo. Nós somos um povo que partilha muita coisa, que está muito com os amigos. E há povos da Europa do Norte que não são nada disso. São mais frios. A afetividade e cordialidade do povo português também permite que as pessoas digam num jantar de amigos – “eh pá, vê lá se se resolve o problema da minha sobrinha e tal” – e em alguns casos isto não tem gravidade. Nalguns casos isto não é grave, não tem importância nenhuma. Agora é evidente quando entra em casos de corrupção séria, tem muito impacto. Porque a corrupção destrói as sociedades.

Quais é que são hoje os mecanismos absolutamente essenciais para uma boa governance numa empresa?

Eu diria que os mecanismos essenciais são o modelo organizativo, a diversidade e a dinâmica do Conselho de administração. O Conselho Administração tem uma importância fundamental nas organizações. Com checks and balances, claro. E com administradores não executivos independentes e a funcionar. Não é entrarem mudos e saírem calados, que é péssimo. E depois que haja um conjunto de normas da empresa – internas e na relação com os seus stakeholders, externas – que é cumprido e as comissões do Conselho de Administração: as comissões de remunerações, a comissão de Risco, a comissão de Compliance e a Comissão de Auditoria.



moneris

Talento movido pela inovação e tecnologia.

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação
- tecnologia

A Moneris tem uma abordagem focada no cliente, com uma oferta integrada de serviços e soluções que permite às organizações um apoio de 360 graus na área da gestão, promovendo a excelência da informação financeira e a melhoria dos processos de tomada de decisão críticos para o seu sucesso.

Somos o grupo nacional, líder nos serviços de contabilidade e apoio à gestão, presente de norte a sul de Portugal, com uma rede de 15 escritórios sustentada por, aproximadamente, 300 consultores.

www.moneris.pt

A member of

 Independent legal & accounting firms

europa
 áfrica
 américa
 ásia
 oceania

lisboa
 porto
 faro
 braga
 leiria

santarém
 setúbal
 vila real
 viseu



Empregos verdes são cada vez mais procurados pelas empresas em Portugal

Transição ambiental ■ Dados do ManpowerGroup de 2023 indicam que 65% dos empregadores em Portugal estão já a recrutar perfis com competências verdes ou planeiam fazê-lo.

Almerinda Romeira
aromeira@medianove.com

A produção de energia, a construção e a produção automóvel estão a alimentar a procura de *green jobs*, segundo o Green Jobs Report do ManpowerGroup lançado há pouco mais de um mês. Entendem-se como empregos verdes, todo o tipo de trabalhos que reduzem “o impacto ambiental de empresas e de sectores económicos para níveis que sejam, pelo menos, sustentáveis”. Ainda na definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “os empregos verdes podem ser criados em todos os sectores e empresas, em

áreas urbanas ou rurais, do trabalho manual a qualificado e em todos os países independentemente do nível de desenvolvimento”. Há uma miríade de novas profissões e funções a nascer.

Pedro Amorim, corporate sales director do ManpowerGroup, diz ao Jornal Económico, citando dados do ManpowerGroup de 2023 que indicam que “70% dos empregadores a nível global – e 65% em Portugal – estão já a recrutar para empregos e competências verdes ou planeiam fazê-lo”. No geral, adianta, os empregadores querem sobretudo recrutar para funções verdes em áreas como operações e logística, tecnologias de informação e dados,

indústria e produção, vendas e marketing, mas também administração e apoio administrativo, engenharia, naturalmente, e recursos humanos.

Gestor de sustentabilidade é a função que registou maior crescimento (30%) no ano passado, segundo o Green Skills Report do LinkedIn de 2022. Seguem-se na lista: técnico de turbinas eólicas, consultor solar, ecologista e especialista em saúde e segurança ambiental, todos eles com crescimentos superiores a 20%. Pedro Amorim diz ainda que também as chamadas funções greening, menos especializadas e mais transversais estão em crescimento. Neste grupo encontram-se posi-

ções como gestor de compliance, gestor de instalações e representante técnico de vendas.

O Fórum Económico Mundial estima que a transição verde possa criar alguma coisa como 30 milhões de empregos até 2023, a nível mundial, no sector das energias limpas, eficiência e tecnologias de baixas emissões. Não obstante, o número, Pedro Amorim diz constatar-se uma evolução lenta no que respeita a mudanças nos currículos académicos. Na sua perspetiva, a academia deve ser olhada como ponto de partida e somar-lhe um esforço conjunto, que envolve as empresas, os governos e os próprios trabalhadores.

“Facilitar a integração no mercado de trabalho requer a promoção de disciplinas mais técnicas nos currículos académicos e a implementação de programas específicos nas áreas de maior procura”, explica, acrescentando que, mesmo após a formação académica, o atual mundo do trabalho exige um investimento contínuo nas competências dos profissionais, nomeadamente por parte das empresas. O Fórum Económico Mundial indica também que 61% da força de trabalho global precisará de formação adicional até 2027, pelo que a aposta no upskilling é cada vez mais necessária, conclui o responsável do ManpowerGroup.

O Fórum Económico Mundial estima que a transição verde possa criar até 30 milhões de empregos até 2023, a nível mundial, no sector das energias limpas, eficiência e tecnologias de baixas emissões

O ESG está a “alterar o perfil de risco do sector bancário”

Banca ■ O presidente da EBA disse recentemente numa entrevista que o ESG está a “alterar o perfil de risco do sector bancário” e que esta evolução se tornará mais pronunciada e virá a ter implicações nos riscos de crédito, de mercado e operacionais.

Os bancos têm um papel crucial a desempenhar no financiamento da transição para uma economia mais “verde”. Este é o lema defendido pelos responsáveis do sector em vários fóruns.

Recentemente, o ex-presidente do Novobanco, António Ramalho, numa conferência, quando questionado sobre o facto da banca, no atual contexto do ESG (Environmental, Social and Governance), ter mais facilidade em financiar um parque eólico do que a promoção imobiliária, disse que “a banca vai ser um dos motores da transição para a sustentabilidade, porque vai ser sob os critérios da concessão de crédito que se vão alterar uma parte dos padrões do financiamento”.

A verdade é que as siglas ESG, à força de serem consideradas como importantes, tornaram-se importantes. O ESG já não é apenas uma tendência, mas um novo paradigma que está a redefinir as políticas e estratégias corporativas. Os critérios ESG ganham importância para o acesso ao financiamento bancário e as empresas portuguesas necessitarão de um rating ESG para poderem aceder ao financiamento bancário. Há já bancos que se anteciparam às tendências. Por exemplo, a CGD foi o primeiro a facultar um Modelo de Rating ESG aos seus clientes empresa.

Em outubro, o presidente da Autoridade Bancária Europeia (EBA) avisou, numa entrevista à Bloomberg, que os critérios ambientais e sociais (ESG) vão passar a contar para as regras de capital dos bancos. Pela primeira vez a nível mundial, a entidade reguladora bancária da Europa está a rever o quadro que estabelece os requisitos de capital, de modo

a que os bancos reflitam os riscos ambientais e sociais em reservas obrigatórias para todo o sector. A EBA identificou “algumas correcções a curto prazo” aos requisitos mínimos - conhecidos como Pilar 1 - “que já podem ser implementadas”, segundo disse o Presidente José Manuel Campa, adiantando que outras serão intro-

duzidas gradualmente ao longo do tempo e algumas exigirão nova legislação. O objetivo é refletir a crescente ameaça à estabilidade financeira que os reguladores veem em factores como as alterações climáticas e a desigualdade.

Os bancos precisam agora de ser claros quanto à sua posição em matéria de ESG. À luz das cres-

centes preocupações com o financiamento sustentável, as autoridades de supervisão e os investidores acompanham de perto a divulgação de informações ambientais dos bancos. No âmbito das iniciativas de melhoria do enquadramento regulatório relativas a critérios ESG, as instituições passaram a estar sujeitas a requisitos acres-

cidos de divulgação de informação em sede de sustentabilidade.

A Comissão Europeia, em julho, adoptou o primeiro conjunto de normas de relato sobre sustentabilidade (o European Sustainability Reporting Standards) com vista à criação de um quadro de divulgação obrigatória de informação mínima harmonizada no ESG.

PUBLICIDADE

UNIQUE BELÉM
93% VENDIDO
T1 A T3 • CONDOMÍNIO FECHADO
PISCINA • JARDIM • VISTA RIO
CLASS. ENERGÉTICA A
VENCEDOR PRÉMIO SIL 23

UNIQUE BENFICA
68% VENDIDO
T3 A T4 • CONDOMÍNIO FECHADO
PISCINA • JARDIM
CLASS. ENERGÉTICA A+

UNIQUE TAGUS
22% VENDIDO
T1 A T4 • COND. FECHADO
PISCINAS • JARDIM • VISTA RIO
CLASS. ENERG. A+
CLASS. HÍDR. AQUA+

LIBERTAS
GRUPO IMOBILIÁRIO
UMA ESCOLHA DE VIDA

Av. da Liberdade 129, 8º piso
1250-140, Lisboa, Portugal
+351 213 254 107 / info@libertas.pt
LIBERTAS.PT

Escolhemos a sustentabilidade, o que se manifesta através de um processo de conceção e construção que está ambientalmente certificado. Também escolhemos a diversidade, investindo nas energias renováveis e na agricultura biológica, sem esquecer a restauração e o turismo.

Temos mais de 30 anos de história a seguir esta mesma conduta e sempre com resultados sólidos e crescentes, mesmo em períodos instáveis. Tal desempenho atesta que a sustentabilidade ambiental pode ser amiga da sustentabilidade financeira. E também confirma que o humanismo que aplicamos na criação dos nossos projetos e na relação com a nossa equipa, nos torna mais fortes e mais cheios de futuro.

Enquanto Grupo Libertas, aplicamos um Sistema de Gestão Ambiental certificado de acordo com a norma ISO 14001 pela TÜV Rheinland Portugal.

+30 Anos
85% Ecoeficiência
4.000 Imóveis concluídos
+91 Colaboradores
120.000 m² Construídos

PANORAMIC POOL FARO
52% VENDIDO
T1 A T3 • CONDOMÍNIO FECHADO
PISCINAS • COLIVING • GYM
CLASS. ENERGÉTICA A

Albufeira garden
47% VENDIDO
T1 E T2 • CONDOMÍNIO FECHADO
PISCINA • COLIVING • GYM
CLASS. ENERGÉTICA A

UPON BAY MURGET
4* RENTABILIDADE GARANTIDA**
T0 A T3 DUPLEX
UNIDADE TURÍSTICA 4*
VISTA RIO • PISCINA COM VISTA • BAR
ROOFTOP • RESTAURANTE • GYM • SAUNA

As informações, imagens ou outras referências publicitárias são meramente ilustrativas e podem não corresponder à realidade, não sendo contratuais e estando suscetíveis de modificações ou variações por questões técnicas ou sujeitas à evolução do projeto de arquitetura de interiores (vestimentas, equipamentos e mobiliário). **Consulte as condições.

Economista Realista

A importância dos critérios ESG para o acesso das empresas ao financiamento



Sofia Santos
CEO da Systemic

Os Riscos Ambientais, Sociais e de Governação (Environmental, Social and Governance, ESG) são hoje considerados como riscos materiais que podem impactar a componente financeira das empresas.

Esta materialidade é atribuída: a) pelos bancos centrais, que reconhecem que o aumento da temperatura e a perda de biodiversidade constituem riscos com potenciais impactos financeiros nas empresas e consequentemente nos bancos; e b) por várias Diretivas Comunitárias que obrigam as empresas a reportar de que forma esses riscos podem impactar financeiramente a empresa, e quanto podem efetivamente impactar.

Assim, as empresas não financeiras têm de identificar os temas ESG que mais podem impactar financeiramente o seu negócio, identificar os riscos que esses temas implicam e incorporar esses riscos no modelo de gestão de risco da empresa. As empresas financeiras também terão de fazer o mesmo exercício, sendo que para a banca, atualmente, os principais riscos estão ainda associados às emissões de Gases com Efeitos de Estufa que os seus clientes têm, e ao distanciamentos que os clientes possam ter relativamente às boas práticas de gestão sustentável.

Uma vez que os temas ESG podem constituir riscos financeiros, então eles serão analisados pelos investidores e financiadores. Ou seja, os bancos, investidores privados e investidores públicos que querem garantir que o risco do seu investimento é minimizado, e por isso vão perguntar às empresas quais as suas práticas de ESG. Alguns bancos e investidores criam os seus próprios referenciais, realizando perguntas específicas às empresas de forma a lhes atribuir um scoring de práticas de ESG. Quem tem uma menor pontuação é uma empresa com maior risco, e como tal o preço do capital terá de ser maior, podendo mesmo tal risco impedir um financiamento.

Ao nível do co-financiamento público e no âmbito, por exemplo, do COMPETE, é obrigatório que todo o co-financiamento realizado não contribua para danificar de forma significativa o ambiente. Assim, as empresas que procuram por este apoio, terão de entregar no ato da sua candidatura um relatório que justifique que o projeto que procura por financiamento não vai danificar o ambiente, de acordo com os critérios definidos na taxonomia verde da EU.

Em Portugal já existem vários bancos que atribuem uma notação ou scoring de sustentabilidade aos seus clientes empresa. Esta exigência vai-se generalizar, e as empresas, micro, PME e grandes, devem começar desde já a atribuir uma elevada importância aos temas de ESG, pois o acesso ao capital vai depender da forma como a empresa está, ou não, a caminhar para um negócio com práticas de gestão sustentável e tendencialmente neutro em carbono.

Impacto das regras de Greenwashing pela voz das empresas

1. Quais serão os efeitos – positivos ou negativos – das regras mais apertadas sobre Greenwashing atualmente em discussão nas estruturas da UE?



Jorge Antunes
Diretor de Digital Solutions para a MENA da Hitachi DS

■ Tal como em qualquer indústria ou sector de atividade, no setor tecnológico não podemos gerir aquilo que não conseguimos medir. É nessa primeira perspetiva que a União Europeia deve atuar: no sentido de implementar modelos capazes, até mesmo autónomos e agnósticos, de medição das diversas variáveis de impacto ambiental. Assim que conseguirmos medir, poderemos então implementar a avaliação, para posteriormente deduzirmos as correções ou mesmo as ações de mitigação de riscos; sem um modelo claro e objetivo, que seja transparente para a sociedade, não podemos implementar modelos anti-greenwashing - e estaremos a perder oportunidades para efetivar a transição que desejamos. Por outro lado, a existência destes modelos também vai impulsionar mecanismos de recompensa para os diversos stakeholders, por exemplo através modelos de green finance suportados por informação real, e não somente por estimativas casuísticas de reduzido valor e impacto no meio ambiente. Reconhecer quem investe com consciência e prova o valor para a sociedade em termos de sustentabilidade ecológica deverá passar a fazer parte da nossa cultura.



José Faria Machado
Diretor de comunicação da Bayer em Portugal

■ A Bayer olha de forma positiva para este apertar das regras sobre o greenwashing, desde logo porque aumenta a transparência de atuação das empresas. Mais do que um conceito, a sustentabilidade é parte integrante da estratégia de negócio da Bayer. Procuramos contribuir significativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Acreditamos que, o sucesso económico da Bayer anda de mãos dadas com o bem-estar de um número crescente de pessoas em todas as regiões do mundo, preservando recursos ecológicos ao mesmo tempo. Temos consciência de que, a dimensão do nosso negócio significa que também temos uma grande responsabilidade. Estamos preparados para aceitar esta responsabilidade e queremos assumir um compromisso ainda mais forte com a sustentabilidade, tanto no nosso setor como em ações paralelas. Em suma, já há vários anos que a Bayer tem um grande foco na sustentabilidade das suas várias atividades. No entanto, temos consciência do impacto negativo que estas regras poderão ter em empresas e negócios de menor dimensão, que ainda não trabalham as várias dimensões do ESG. É importante que haja formas de apoiar estas empresas na sua transformação, não só para que possam cumprir estas novas regras mas também para que as suas atividades sejam efetivamente, na prática, mais sustentáveis.



Elsa Monteiro
Head of sustainability da Sonae Sierra

■ A implementação de regras mais rigorosas sobre a prática de Greenwashing, atualmente em discussão no contexto UE, representam um passo crucial na promoção da transparência e responsabilidade ambiental no contexto empresarial. Acreditamos que tais medidas terão um efeito positivo no mercado, permitindo a distinção entre empresas que genuinamente adotam práticas sustentáveis daquelas cujas práticas não correspondem ao que dizem fazer em termos de sustentabilidade. Acreditamos também que as novas regras incentivarão maior rigor ao nível de reporte, transparência e sentido de responsabilidade das empresas em relação às suas práticas ambientais, promovendo uma abordagem mais ética e sustentável. As empresas que adotem uma postura de Greenwashing devem ser responsabilizadas, pois configuram uma ameaça à sustentabilidade a nível global. No sector imobiliário, onde a Sierra se integra, reconhecemos que ainda há um longo caminho a percorrer, nomeadamente no que diz respeito ao planeamento urbanístico e construção de novos edifícios e infraestruturas. Aqui, estamos claramente numa posição de liderança, fruto de um trabalho consistente ao nível da sustentabilidade, que nos permite ter um *track record* de 25 anos nesta área.



Angela Wiebeck
Chief Sustainability Officer
do Aquila Group

■ Uma vez que os investimentos privados são fundamentais para acelerar a transição energética e combater as alterações climáticas, em 2018 a União Europeia criou um plano de ação para o financiamento sustentável, de modo a reorientar os fluxos de capital, gerir o risco financeiro e promover a transparência de ações relacionadas com as alterações climáticas. Parte deste plano destinava-se a ajudar os investidores a compreender melhor o impacto dos seus investimentos e a mobilizar mais capital para este tipo de ações de mitigação. No entanto, esta medida não resolveu completamente o problema, uma vez que esta iniciativa acabou por gerar mais confusão. Por esse motivo, a Comissão Europeia decidiu realizar uma análise separada do Greenwashing, cujos resultados deverão ser conhecidos em maio. O Greenwashing é uma prática em que as declarações e comunicações relacionadas com a sustentabilidade não refletem de forma clara e justa o perfil de sustentabilidade subjacente de uma entidade, de um produto financeiro ou de um serviço financeiro, criando confusão entre os investidores e limitando os fluxos de capital para a mitigação das alterações climáticas. A julgar pelo nível de emissões que será registado este ano, só há uma direção a seguir: mobilizar mais capital para a transição energética. No Aquila Group, temos 15 anos de experiência em investimentos em soluções de mitigação climática. A sustentabilidade sempre fez parte da nossa matriz. Em 2022, estabelecemos um objetivo para evitar a emissão de 1,5 mil milhões de toneladas de Co2 até 2035. Isto equivale a cerca de 4% das emissões de carbono anuais a nível mundial em 2021.



Sofia Reis Jorge
Administradora do Grupo Altri
para a Sustentabilidade

■ Os critérios ESG já definem, há alguns anos, a atuação do Grupo Altri. Desde 2020, estão identificados os principais objetivos de sustentabilidade para o Grupo, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que permitiram a definição das metas para o “Compromisso 2030” da Altri. Deu-se particular destaque a 7 dos ODS, tendo sido estabelecidas 12 metas que assumem lugar central na tomada de deci-

são em todos os projetos. A Altri está focada em alcançar essas metas que passam pela proteção da floresta, origem da matéria-prima de base do Grupo Altri, atuando no sentido da promoção e conservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo, trabalha-se continuamente no sentido de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, quer através da redução do consumo de energia, bem como da utilização de fontes de energia renová-

vel e da melhoria da eficiência dos processos produtivos, nas três unidades de industriais. Simultaneamente, está a ser realizado um esforço de reduzir de forma expressiva o uso de água, sendo a Celbi já uma referência a nível mundial neste indicador. É realizado um acompanhamento constante das metas definidas, assistindo-se a uma evolução positiva em praticamente todas elas desde a sua definição.

PUBLICIDADE

UNIQUE

TAGUS






Timeless Living

Com vista rio, junto à vila de Alcochete, condomínio privado com acesso a comodidades exclusivas: **lobby, ginásio, piscinas, sauna, sala de cinema, kids club e co-working.**

De T1 a T4, o conforto e a sustentabilidade foram conceitos prioritários, através da **classificação energética A+** e do **sistema de gestão hídrica AQUA+**.

STAND DE VENDAS
Av. 5 de Outubro, 2890-011
Alcochete

CONTACTOS
+351 913 533 593
info@casa-em-portugal.com
uniquetagus.com




O Grupo Libertas aplica um Sistema de Gestão Ambiental certificado de acordo com a norma ISO 14.001 pela TÜV Rheinland Portugal.



LIBERTAS
GRUPO IMOBILIÁRIO

Av. da Liberdade 129, 8º piso
1250-140, Lisboa, Portugal
+351 213 254 107 / info@libertas.pt
LIBERTAS.PT

“O modelo de gestão da sustentabilidade requer gerar valor para a sociedade”

Debate ■ A sociedade está a mudar e essa mudança está a obrigar as empresas a alterar o seu modelo de negócio.

JE Lab

comercial@medianove.com

A necessidade de adaptar as empresas às exigências atuais da sociedade tornou a sigla ESG imprescindível. Ambiente, Sociedade e Governança são os pilares desta transformação e por isso são cada vez mais as empresas a adotar estratégias ESG, procurando assim ir ao encontro desta nova realidade.

O ESG foi o tema de mais uma JE Lab Talks, que contou com a presença de Vânia Soares, Business Developer Manager da Moneris e Jorge Cadeireiro, Administrador da Nucase, numa conversa moderada pelo JE Lab.

Para a Manager da Moneris se é verdade que os consumidores estão cada vez mais exigentes na hora de escolher, o grande fator de mudança para as empresas acaba por ser o financiamento, especialmente o acesso aos fundos comunitário. “O Portugal 2030 e até o PRR, já nada se consegue fazer sem ter uma estratégia de sustentabilidade”. Também os bancos já se estão a preparar para pedir informação não financeira às empresas a quem emprestam dinheiro, uma vez que irão ter de fazer o reporte de toda a atividade não financeira da sua cadeia de valor a partir de 2025. Outra dos fatores que contribui para estas alterações é a relação com grandes empresas que terão também de fazer o reporte não financeiro de toda a sua cadeia de valor.



Assista ao programa no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt

Vânia Soares reconhece que há um gap entre as estratégias de sustentabilidade das empresas, mas isso nem sempre se concretiza em ações de sustentabilidade o que pode levar por vezes a algum descrédito destas estratégias, caindo naquilo a que se chama greenwashing que “não é mais do que eu marketizar um produto como sendo muito mais sustentável do que o meu concorrente, mas não conseguindo explicar como”. E por isso não chega dizer que se é sustentável, é preciso explicar como se é sustentável.

Questionada sobre as movimentações sociais ambientais que têm estado muito presentes na sociedade portuguesa nas últimas semanas, reconhece que são bem acolhidas pelas empresas que reconhecem que é preciso alterações, mas afirma que ainda é preciso mudar a mentalidade nas empresas, que ainda não mudaram a gestão de objetivos a curto prazo por objetivos a médio-longo prazo.

“Claramente ainda há um longo caminho para se fazer”, explica Jorge Cadeireiro, no que toca ao ESG em Portugal. Aponta como uma das causas o tecido empresarial português, que é constituído sobretudo por PME, quando as normas europeias e nacionais estão sobretudo focadas nas grandes empresas, o que faz com o que impacto dessas normas ainda demore a fazer efeito. “É uma questão de mentalidade e de foco, conseguir incorporar dentro daquilo que é a gestão das empresas os temas que até agora eram completamente desconhecidos, indicadores que até agora não eram ponderados”, diz. Para o administrador da Nucase serão as grandes empresas que naturalmente irão liderar esta mudança e que, em conjunto com os bancos, irão acabar por influenciar todo o tecido empresarial. Assista a esta JE Lab Talk na íntegra na JE TV ou no Facebook e YouTube d'O Jornal Económico.



PUBLICIDADE

NUCASE

GRUPO



**A preparar o futuro juntos.
Inovação e confiança
para a sua eficiência.**

De pessoas para pessoas.

ESPECIALISTAS EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE
E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

NUCASE NEGÓCIOS
SOLUÇÕES INOVADORAS PARA UMA GESTÃO SIMPLES E SEGURA

NUCASE CONSULTING
GESTÃO E ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO, À SUA MEDIDA

ENTRE EM CONTACTO
CONNOSCO

A NOSSA EQUIPA ESTÁ PRONTA PARA O AJUDAR A
ENCONTRAR O APOIO ADEQUADO À SUA NECESSIDADE

☎ 214 585 700 📧 geral@nucase.pt

nucase.pt

CARCAVELOS + ESTORIL + PAREDE + SINTRA + LISBOA

